

**OBSERVATÓRIO
DO TRABALHO DIEESE**

OBSERVATÓRIO DO TRABALHO DA BAHIA

ESTUDO TEMÁTICO

**MERCADO DE TRABALHO PARA A POPULAÇÃO NEGRA NA BAHIA:
ANÁLISE EM 10 ANOS**

Integra o Produto 2.2 do Plano de Trabalho

Contrato de Prestação de Serviços Nº. 025/2023 – SETRE-BA e DIEESE

NOVEMBRO DE 2023

DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

**EXPEDIENTE DA SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E
ESPORTE DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

JERÔNIMO RODRIGUES

Governador

GERALDO JÚNIOR

Vice-Governador

DAVIDSON DE MAGALHÃES SANTOS

Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

JUREMAR DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

RUBENS DEUSDEDITH SANTIAGO FILHO

Superintendente de Desenvolvimento do Trabalho

WENCESLAU AUGUSTO DOS SANTOS JUNIOR

Superintendente de Economia Solidária

JÚLIO CEZAR PEREIRA DOS REIS BATISTA

Diretor-Geral

FREDERICO FERNANDES

Coordenador do Observatório do Trabalho da Bahia

SETRE – Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

Endereço: 2ª Avenida, nº 200, Plataforma III - 3º andar, Sala 306 – CAB
Salvador - Bahia – Brasil - CEP: 41.745-003

<http://www.setre.ba.gov.br><http://www.dieese.org.br/>

**EXPEDIENTE DA SECRETARIA DA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
E DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO GOVERNO DO
ESTADO DA BAHIA**

JERÔNIMO RODRIGUES

Governador

GERALDO JÚNIOR

Vice-Governador

ÂNGELA GUIMARÃES

Secretária da Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades
Tradicionais

ALEXANDRO REIS

Chefe de Gabinete

MÉRCIA PORTO BARATA

Superintendente de Promoção da Igualdade Racial

LÍVIA BORGES

Superintendente de Povos e Comunidades Tradicionais

PATRÍCIA PATAXÓ

Superintendente de Políticas para Povos Indígenas

LUZINETE GAMA

Diretora-Geral

**SEPROMI – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e
Comunidades Tradicionais**

Endereço: Avenida Manoel Dias da Silva, nº 2.177, Pituba
Salvador - Bahia – Brasil - CEP: 41.830-000

<http://www.sepromi.ba.gov.br>

EXPEDIENTE DO DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE**Direção Técnica**

Fausto Augusto Jr – Diretor Técnico
Patrícia Toledo Pelatieri – Diretora Técnica Adjunta
Victor Gnecco Pagani – Diretor Técnico Adjunta

Coordenação Geral do Projeto

Patrícia Toledo Pelatieri – Diretora Técnica Adjunta
Ana Georgina da Silva Dias – Supervisora do Escritório do DIEESE na Bahia
Ludmila Giuli Pedroso – Técnica Responsável pelo Projeto

**Equipe Executora
DIEESE****DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**

Rua Aurora, 957 – Centro – São Paulo – SP – CEP 01209-001

Fone: (11) 3821 2199 – Fax: (11) 3821 2179 –

E-mail: institucional@dieese.org.br

Site: <http://www.dieese.org.br>

Observatório do Trabalho da Bahia

R. Gen. Labatut, 65 - Barris, Salvador – BA – Brasil - CEP: 40070-100

E-mail: observatorioba@dieese.org.br

Site: <http://www.portaldotrabalho.ba.gov.br>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
INTRODUÇÃO	7
NOTA METODOLÓGICA.....	9
1. ATRIBUTOS SOCIAIS DA POPULAÇÃO NEGRA NA BAHIA	10
2. INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO PARA POPULAÇÃO NEGRA NA BAHIA.....	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS.....	35

APRESENTAÇÃO

Esse estudo temático tem como título “Mercado de Trabalho para a População Negra na Bahia: Análise em 10 anos” e foi desenvolvido no âmbito do contrato N° 025/2023, referente à 9ª etapa de execução do projeto do Observatório do Trabalho da Bahia (OBA), parceria técnica entre o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e a Secretaria Estadual do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE).

O objetivo do estudo é analisar o mercado de trabalho para a população negra do estado da Bahia entre 2012 e 2022, a partir de um conjunto de indicadores relacionados à força de trabalho fazendo uso de dados anuais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Para além de um panorama geral de recorte racial, pretende-se fornecer uma análise dos impactos no mercado de trabalho para essa população após a retomada econômica com o fim da emergência sanitária causada pela pandemia de Covid-19 no estado.

Em síntese, o objetivo do estudo é fornecer subsídios que possibilitem aos gestores das políticas de enfrentamento ao racismo e de geração de emprego e renda, ações alinhadas para a redução da informalidade e da inserção da população negra em ocupações precárias e sem proteção social no mercado de trabalho baiano.

O estudo está dividido em dois capítulos, além da introdução, considerações finais, nota metodológica e referências bibliográficas. No primeiro capítulo, é apresentada uma análise dos atributos sociais – sexo, faixa etária, grau de escolaridade e tamanho da população em idade de trabalhar – tanto para a amostra contendo pessoas autodeclaradas negras quanto para a amostra com não negros. Traçado o perfil social em 10 anos na Bahia, o segundo capítulo explora indicadores relevantes para compreensão da evolução da população negra no mercado de trabalho comparado com a trajetória da população não negra. Por fim, nas considerações finais, aponta-se qual o panorama geral da inserção das pessoas negras no mercado de trabalho no estado da Bahia. E se, efetivamente, os programas e políticas sociais de combate ao racismo e discriminação avançaram o suficiente nos últimos 10 anos fornecendo melhores oportunidades de trabalho para a população negra no estado.

INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho no Brasil é resultado direto das relações que formaram nosso país e nosso povo. A mão de obra escrava foi o pilar das relações de trabalho no período colonial que durou mais de 300 anos. Esse é um ponto crucial para se entender não apenas a estrutura do mercado de trabalho no Brasil, mas sobretudo, na Bahia.

O fim da escravidão ocorreu de forma extremamente lenta e tardia, sendo o Brasil o último dos estados latino-americanos a abolir o trabalho escravo dentro de suas fronteiras. A abolição da escravatura, ocorreu de forma bastante protocolar, restringindo-se a conceder liberdade formal aos escravizados, mas sem promover a efetiva integração do povo negro à sociedade e muito menos ao trabalho e à educação ou acesso à terra, que era o mais importante meio de produção de então.

Desse modo, toda a heterogeneidade e desestruturação existentes no mercado de trabalho no país dizem muito sobre como as nossas relações foram estabelecidas desde o início de nossa constituição como povo. Altas taxas de desemprego, precarização das condições de trabalho, flexibilização e terceirização da contratação e baixos rendimentos estão entre as suas características mais marcantes.

No entanto, nem todos são afetados da mesma forma. Raça/cor é um atributo que torna o mundo do trabalho ainda mais hostil para alguns trabalhadores e trabalhadoras. Os indicadores de mercado de trabalho são bastante eloquentes em mostrar que este atributo é um marcador bastante importante quando se fala em oportunidades.

De maneira geral, a população negra enfrenta maiores dificuldades para se inserir no mercado de trabalho. São maioria nas piores estatísticas, seja na desocupação, nas formas mais precárias de inserção ou nos rendimentos recorrentemente mais baixos. Especialmente, em momentos de crise econômica, onde há um aprofundamento da desigualdade social e da concentração da renda.

No estado da Bahia, a situação não é diferente. Ao contrário, as desigualdades de inserção no mercado de trabalho baiano decorrentes da discriminação racial são mais profundas. Ao longo do tempo, a Bahia tem figurado de forma recorrente como campeã de taxa de desocupação. A informalidade, o desalento e a subocupação também estão entre os maiores do país.

Quando colocamos na análise a variável raça/cor a situação ainda é pior. Não deve ser coincidência que a Bahia seja um dos estados com a maior proporção de população negra no país.

NOTA METODOLÓGICA

No presente estudo, foram utilizados os dados anuais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) executada e divulgada oficialmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com recorte racial e temporal. Embora a questão racial seja estruturante do mercado de trabalho e da própria organização social do país, utilizamos o termo recorte apenas como uma forma de destacar que o estudo tem ênfase nessa questão. Para atender ao critério de recorte racial no estudo, foram considerados como integrantes da população negra os entrevistados que se autodeclararam nas entrevistas da PNADC Anual como pretos ou pardos. Aqueles que se autodeclararam como brancos, amarelos ou indígenas foram integrados à população não negra das amostras. No entanto, a parte substancial da amostra de não negros é composta pela população branca, uma vez que indígenas e amarelos por vezes possuem peso pouco significativo na amostra. Quanto ao recorte temporal, a análise abrange desde 2012 – quando a PNADC foi implantada em todo território nacional – até o ano de 2022, que é a divulgação anual mais recente.

Há que se considerar que existem limitações quanto ao uso de dados da PNADC. Por se tratar de uma pesquisa amostral, o próprio entrevistado fornece as informações sobre seu trabalho, domicílio e as informações relativas aos demais moradores. Logo, sua declaração é voluntária e nem sempre o entrevistado detém todo o conhecimento necessário para dar respostas às perguntas do questionário da PNADC. Além disso, pode haver prestação de informações inverídicas ou incompletas.

No entanto, mesmo com tais limitações, a PNADC investiga mais de 210 mil domicílios trimestralmente. O que garante um ganho considerável em termos de precisão estatística, resultado de um planejamento para atender às necessidades da construção de indicadores conjunturais mais amplos para acompanhamento da evolução a curto, médio e longo prazo da força de trabalho e de desenvolvimento socioeconômico.

1. ATRIBUTOS SOCIAIS DA POPULAÇÃO NEGRA NA BAHIA

Antes da análise dos indicadores específicos de mercado de trabalho, é importante compreender atributos sociais das populações negra e não negra no estado. Logo, essa seção faz uma breve análise do perfil social das pessoas autodeclaradas negras e não negras nos últimos 10 anos na Bahia.

Na totalidade, a população negra no estado da Bahia predominou em relação à população não negra do estado ao representar mais de 80,0% da população total na maioria dos anos da série analisada. Mesmo durante o impacto da crise sanitária de Covid-19 no estado, houve predominância da população negra comparada à população não negra (Tabela 1).

TABELA 1
Evolução do número absoluto e percentual da população, segundo autodeclarados negros e não negros, Bahia, 2012 a 2022

Ano	Negros		Não negros		Total:
	nº	%	nº	%	
2012	11.489.706	79,7	2.932.820	20,3	14.422.526
2013	11.606.592	80,1	2.879.386	19,9	14.485.978
2014	11.549.060	79,4	2.997.645	20,6	14.546.705
2015	11.713.944	80,2	2.895.923	19,8	14.609.867
2016	11.953.799	81,5	2.716.686	18,5	14.670.485
2017	12.038.655	81,7	2.691.965	18,3	14.730.620
2018	12.005.014	81,2	2.788.305	18,8	14.793.319
2019	12.282.138	82,7	2.571.374	17,3	14.853.512
2020	12.013.283	80,6	2.897.748	19,4	14.911.031
2021	12.025.088	80,4	2.940.548	19,6	14.965.636
2022	12.191.943	81,2	2.825.098	18,8	15.017.041

FONTE: PNAD Contínua Anual (IBGE).

Elaboração: DIEESE. Observatório do Trabalho da Bahia.

Em relação ao gênero, na Tabela 2, o número de mulheres tem sido superior ao de homens tanto entre negros quanto não negros na comparação entre 2012 e 2022. As mulheres representaram mais de 50,0% dessas duas populações para o mesmo período de comparação.

Quanto às faixas etárias, ainda na Tabela 2, observou-se que havia a mesma representação percentual (25,5%) da população negra para a faixa etária de até 14 anos e para faixa de 25 a 39 anos em 2012 que, quando somadas, representavam 51,0% da população negra (ou 5.860.357 pessoas). Já em 2022, essas faixas etárias representaram um percentual

menor, apesar de serem significativos no total de pessoas negras (44,0% da população negra ou 5.368.867 pessoas). Verifica-se que ocorreu um aumento no número de pessoas em faixas etárias mais elevadas – de 40 a 59 anos e de 60 anos ou mais –, o que aponta para o envelhecimento populacional das pessoas negras. Na faixa etária de 40 a 59 anos houve um aumento de 35,1% (ou 843.235 pessoas) em 2022 frente a 2012, já na faixa etária de 60 anos ou mais houve um aumento de 40,2% (ou 466.230) no mesmo período de comparação.

Comparado com a distribuição nas faixas etárias da população não negra, as faixas etárias até 14 anos e de 25 a 39 anos também representavam uma parte significativa da população não negra quando somadas (51,0% da população não negra). Com o avanço de 10 anos, entre 2012 e 2022, o aumento do número de pessoas não negras foi observado nas faixas etárias de 18 a 24 anos (aumento de 0,7% ou 2.427 pessoas), de 40 a 59 anos (incremento de 11,6%) e de 60 anos ou mais (acréscimo de 39,6%).

Aqui vale uma reflexão sobre como a violência a qual é submetida a população negra na faixa etária 18 a 24 anos, sobretudo para os homens negros, faz com essa faixa tenha um crescimento menos significativo para negros que para a população não negra.

Contudo, tanto entre pessoas negras quanto entre não negras o envelhecimento populacional é evidente. No entanto, a participação das faixas etárias de 40 a 59 anos e de 60 anos ou mais é maior entre não negros do que a participação dessas mesmas faixas etárias na população negra. O que também aponta para o fato de que essa população em termos gerais, sob o ponto de vista de qualquer indicador social e econômico, possui melhores condições de vida e maior expectativa de vida. O que foi comprovado no estudo de Paixão (2003), ao estimar os Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH) com a mesma metodologia utilizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que destacou que pessoas não negras vivem cerca de 70 anos e pessoas negras não ultrapassam os 64 anos, em média. Nesse passo, a desigualdade entre negros e não negros demoraria cerca de 160 anos para ser superada.

Quanto à escolaridade, a Tabela 2 aponta que havia maior concentração de pessoas negras com o Ensino Fundamental incompleto em 2012, seguido de Ensino Médio completo e Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo. Em 2022, verifica-se que ocorreu redução do número de pessoas negras Sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo, Ensino

Fundamental incompleto e Ensino Fundamental completo e aumento do número de pessoas negras nos demais graus de escolaridade.

Vale destacar o maior número de pessoas negras, em 2022, com Ensino Médio completo – com aumento de 45,3% (ou 938.719 pessoas) -, Ensino Superior incompleto com acréscimo de 151.037 pessoas (ou 66,6%) e Ensino Superior completo, faixa com maior aumento no período analisado, mais de 100,0% (432.823 pessoas) em 2022 comparado com 2012. Reforçando o impacto extremamente positivo da implantação da Lei de Cotas¹.

Com relação à população não negra, também houve um percentual significativo de pessoas com Ensino Fundamental incompleto e Ensino Médio completo que, quando somados, representavam 57,6% (ou 1.689.375) do total de pessoas não negras em 2012.

Em 2022, esses graus de escolaridade ainda representavam 52,2% (ou 1.474.188) da população não negra, embora tenha reduzido o contingente de pessoas não negras com os níveis de escolaridade Ensino Fundamental incompleto e completo. Destaca-se que o maior aumento no número de pessoas não negras se deu entre aquelas com Ensino Superior completo, com acréscimo de 44,4% (ou 104.481) e Ensino Médio Completo, com aumento de 13,0% (ou 71.438 pessoas).

¹ Lei 12.711/2012 determina que 50,0% das vagas em universidades e institutos federais sejam destinadas para pessoas que estudaram em escolas públicas, com recortes para estudantes negros (as), estudantes de baixa renda, indígenas e quilombolas. Mesmo com a Lei tendo sido sancionada apenas em 2012, a Universidade do Estado da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Rio de Janeiro e universidade de Brasília foram pioneiras na adoção de ações afirmativas para acesso de pessoas negras à universidade desde 2002. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2021/Cotas-na-UFBA-li%C3%A7%C3%B5es-de-uma-experi%C3%A7%C3%A3o-pioneira>. Acesso em 12/11/2023.

TABELA 2

Distribuição absoluta e percentual por sexo, faixa etária e grau de escolaridade, segundo autodeclarados como negros e não negros, Bahia, 2012 e 2022.

Atributos	2012				2022			
	Negros		Não negros		Negros		Não negros	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Homens	5.659.934	49,3	1.376.018	46,9	5.885.041	48,3	1.299.711	46,0
Mulheres	5.829.772	50,7	1.556.802	53,1	6.306.901	51,7	1.525.388	54,0
								0,0
até 14 anos	2.927.847	25,5	733.539	25,0	2.558.018	21,0	598.100	21,2
de 15 a 17 anos	644.823	5,6	140.824	4,8	569.171	4,7	126.391	4,5
de 18 a 24 anos	1.419.324	12,4	324.211	11,1	1.379.237	11,3	326.638	11,6
de 25 a 39 anos	2.932.510	25,5	763.618	26,0	2.810.849	23,1	590.672	20,9
de 40 a 59 anos	2.405.080	20,9	614.767	21,0	3.248.315	26,6	686.385	24,3
de 60 anos ou mais	1.160.119	10,1	355.858	12,1	1.626.349	13,3	496.910	17,6
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	1.505.280	13,1	335.658	11,4	1.258.142	10,3	347.721	12,3
Fundamental incompleto ou equivalente	4.969.622	43,3	1.139.111	38,8	4.286.605	35,2	852.486	30,2
Fundamental completo ou equivalente	727.364	6,3	162.207	5,5	679.975	5,6	149.373	5,3
Médio incompleto ou equivalente	699.105	6,1	165.659	5,6	939.266	7,7	179.088	6,3
Médio completo ou equivalente	2.071.116	18,0	550.264	18,8	3.009.835	24,7	621.702	22,0
Superior incompleto ou equivalente	226.864	2,0	82.301	2,8	377.901	3,1	100.738	3,6
Superior completo	412.277	3,6	235.207	8,0	845.100	6,9	339.688	12,0
Total:	11.489.706	100,0	2.932.820	100,0	12.191.942	100,0	2.825.099	100,0

FONTE: PNAD Contínua Anual (IBGE).

Elaboração: DIEESE. Observatório do Trabalho da Bahia.

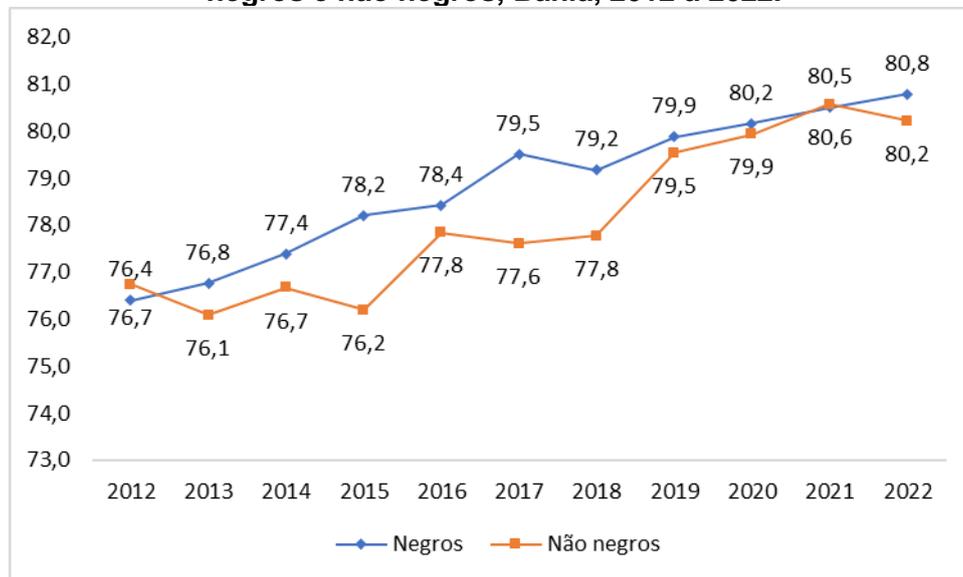
Após a compreensão que tanto entre negros quanto não negros há maioria de mulheres, envelhecimento populacional e aumento do grau de escolaridade, pode-se iniciar a análise do mercado de trabalho a partir da definição do número de pessoas em idade de trabalhar. Segundo a metodologia do IBGE, estão inseridos nessa população as pessoas com 14 anos ou mais de idade. Assim, o Gráfico 1 apresenta o percentual das pessoas em idade de trabalhar para as duas populações em análise.

A trajetória ascendente para negros e não negros aponta maior contingente de pessoas em idade de trabalhar. No entanto, para pessoas negras esse percentual foi 12,2% maior (ou 1.071 mil pessoas) em 10 anos do que para as pessoas não negras que aumentou apenas 0,7% (ou 15 mil) no mesmo período.

Esse indicador evidencia que a maior parte da força de trabalho, assim como da população no estado da Bahia é formada por pessoas pretas ou pardas. Desse modo, é extremamente importante entender como se estrutura o mercado de trabalho baiano considerando a

questão da composição racial da força de trabalho, bem como das pessoas em idade de trabalhar, mas que estão fora da força de trabalho no estado.

GRÁFICO 1
Evolução da distribuição percentual da população em idade de trabalhar, negros e não negros, Bahia, 2012 a 2022.



FONTE: PNAD Contínua Anual (IBGE).
Elaboração: DIEESE. Observatório do Trabalho da Bahia.

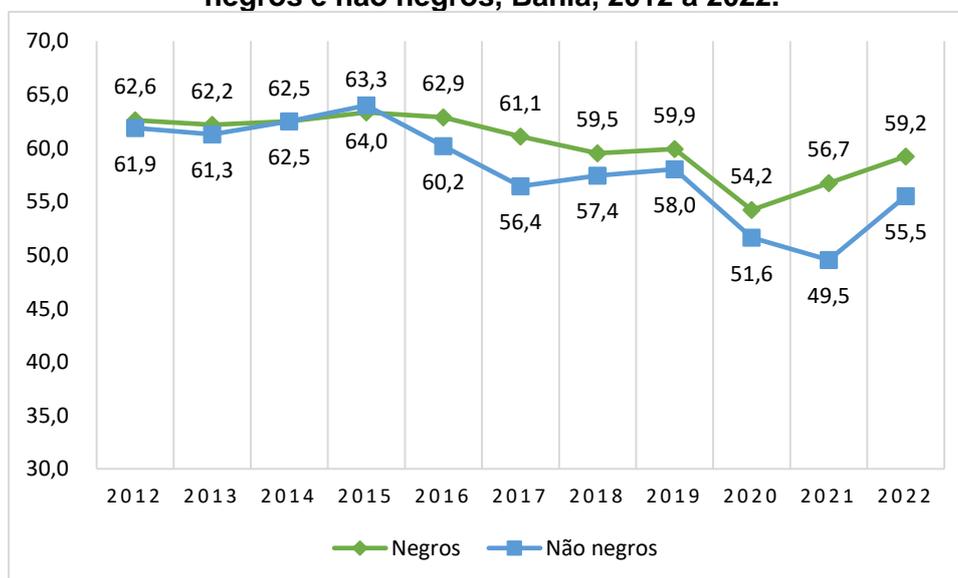
2. INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO PARA POPULAÇÃO NEGRA NA BAHIA

Como apontado anteriormente, houve aumento da população em idade de trabalhar estimulado, sobretudo, pela população de pretos e pardos. Conforme o Gráfico 2, verifica-se o percentual de pessoas negras e não negras que compõem a força de trabalho no estado. Lembrando que pessoas na força de trabalho são determinadas pela PNAD Contínua (IBGE) como o contingente de pessoas de 14 anos ou mais que estavam na condição de ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa.

Até 2015, o percentual de pessoas negras na força de trabalho foi próximo ao percentual de pessoas não negras. Contudo, a partir de 2016 há um movimento de desaceleração mais acentuado no ingresso de pessoas não negras na força de trabalho. Onde o descolamento dessas trajetórias torna-se mais evidente no período de 2015 a 2021, com a redução de 16,9% (ou 238 mil) do total de pessoas não negras na força de trabalho frente à diminuição

de apenas 5,3% (ou 309 mil) do total de pessoas negras na força de trabalho nesse mesmo período.

GRÁFICO 2
Evolução percentual das pessoas na força de trabalho, negros e não negros, Bahia, 2012 a 2022.

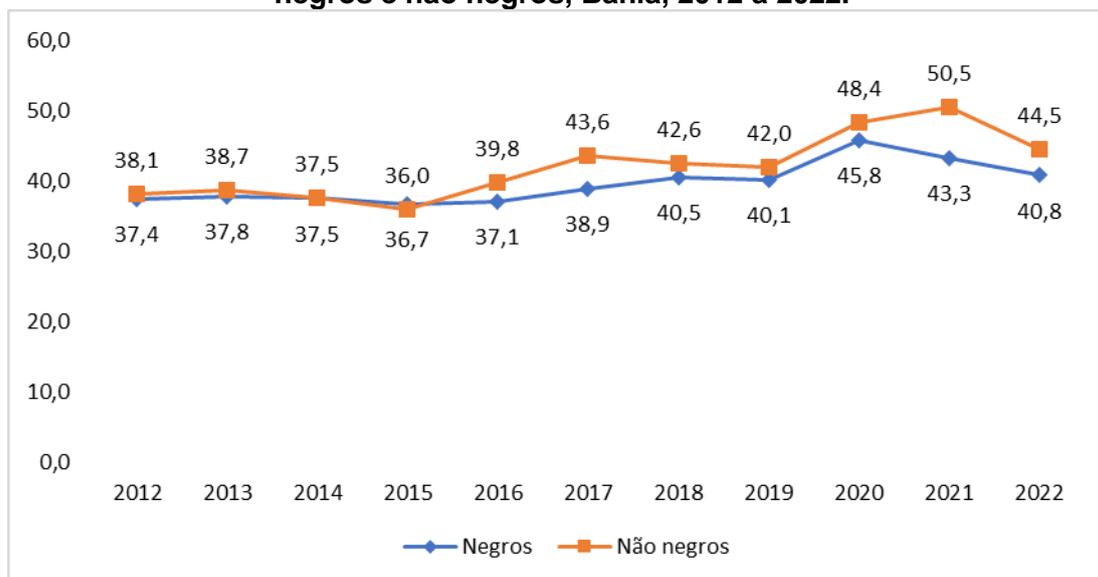


FONTE: PNAD Contínua Anual (IBGE).
Elaboração: DIEESE. Observatório do Trabalho da Bahia.

Complementa-se com as informações dispostas no Gráfico 3 que mostra o percentual de pessoas de 14 anos ou mais que estão fora da força de trabalho. No qual, torna-se mais evidente que o percentual de pessoas não negras fora da força de trabalho mostrou-se mais elevado, principalmente no período de 2016 a 2021.

Mesmo em períodos de maior crise econômica, como o impacto da pandemia de Covid-19 no estado nos anos de 2020 e 2021, o percentual da população negra fora da força de trabalho não ultrapassou mais que 45,8% em todo período de análise. Diferente do percentual de pessoas não negras fora da força de trabalho que foi mais elevado em 2021 quando representou 50,5% da população não negra em idade de trabalhar (Gráfico 3).

GRÁFICO 3
Evolução percentual das pessoas fora da força de trabalho, negros e não negros, Bahia, 2012 a 2022.



FONTE: PNAD Contínua Anual (IBGE).
 Elaboração: DIEESE. Observatório do Trabalho da Bahia.

Esse indicador dialoga diretamente com as condições socioeconômicas da população negra. Os rendimentos familiares menores, a maior taxa de desocupação e a sobre representação nos postos de trabalho mais precários não permitem que pretos e pardos permaneçam muito tempo fora da força de trabalho. A necessidade de buscar estratégias de sobrevivência leva os trabalhadores e trabalhadoras negras a se inserir na força de trabalho da forma que for possível. Numa busca contínua por emprego ou em ocupações precárias.

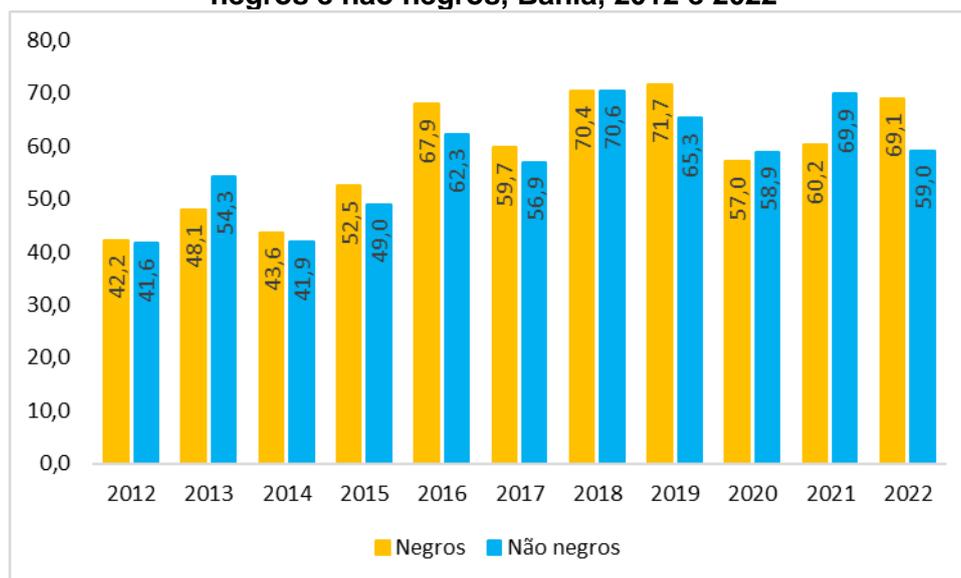
O Gráfico 4 aponta o percentual de desalentados de 2012 a 2022 na Bahia. O conceito de desalento compreende, segundo o IBGE, as pessoas fora da força de trabalho na semana de referência que estavam disponíveis para assumir um trabalho nessa semana, mas não tomaram providência para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias, por não ter conseguido trabalho adequado, não ter experiência profissional ou qualificação, não haver trabalho na localidade em que residia ou não conseguir trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso.

Sob esse aspecto, o percentual de negros no desalento atinge o maior nível em 2019 com 71,7% (ou 640 mil pessoas). Em termos absolutos, ocorreu em 2020 o maior número de pessoas negras desalentadas na série histórica, ao registrar 725 mil pessoas. Porém, naquele ano, o percentual de desalentados foi de 57,0% nesse ano (Gráfico 4).

O que pode ser explicado pela própria estrutura da categoria de desalento utilizar o período de 30 dias como referência. Como houve períodos de distanciamento social mais rigorosos ao longo de 2020, devido a pandemia de Covid-19, possivelmente muitos não tomaram providência para conseguir trabalho por um período superior ao considerado na entrevista. Nesse contexto, observa-se que o percentual de pessoas negras desalentadas aumentou em 2021 e 2022, respectivamente, em 60,2% (ou 595 mil) e 69,1% (ou 490 mil) pessoas na força de trabalho potencial².

Em comparação com pessoas não negras desalentadas, houve em 2021 o maior número absoluto de desalentados não negros com 172 mil pessoas (ou 69,9% da força de trabalho potencial). Já em 2022, o número de desalentados não negros chega a 59,0% da força de trabalho potencial (ou 98 mil pessoas) no estado.

GRÁFICO 4
Evolução do percentual de desalentados, negros e não negros, Bahia, 2012 e 2022



FONTE: PNAD Contínua Anual (IBGE).
Elaboração: DIEESE. Observatório do Trabalho da Bahia.

Sabendo-se que o percentual de pessoas negras na força de trabalho superou o percentual de não negros nos últimos 10 anos, o Gráfico 5 revela que o percentual de pessoas não

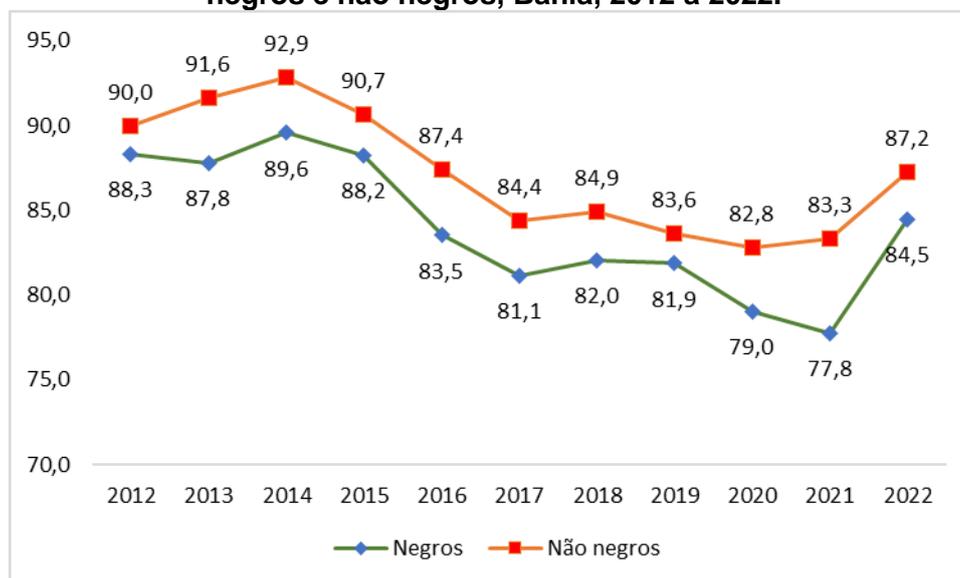
² Refere-se ao conjunto de pessoas com 14 anos ou mais de idade, que não estavam na força de trabalho por uma série de motivos, considerando duas situações: buscaram trabalho de forma efetiva nos últimos 30 dias, mas não estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência da pesquisa e não fizeram a busca efetiva por trabalho no mesmo intervalo de tempo, mas tinham interesse e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência.

negras ocupadas foi maior do que o percentual de negros ocupados em todos os anos do período de 2012 a 2022.

Em relação a desaceleração percentual do número de pessoas ocupadas entre 2016 e 2021, observa-se que houve redução de 12,1% (ou -134 mil) de pessoas não negras ocupadas no período mencionado, enquanto o contingente de pessoas negras ocupadas nesse período diminuiu 13,3% (ou 652 mil) (Gráfico 5).

A retomada do crescimento observada entre 2021 e 2022, revelou aumento de 12,2% (ou 119 mil) de pessoas não negras ocupadas em 2022 e incremento de 15,3% (ou 654 mil) pessoas negras ocupadas no período citado (Gráfico 5). Ou seja, embora mais pessoas negras tenham se ocupado em 2022, a proporção de negros ocupados em relação ao total de pessoas negras na força de trabalho ainda foi menor do que o percentual de não negros ocupados em 2022.

GRÁFICO 5
Evolução percentual das pessoas ocupadas,
negros e não negros, Bahia, 2012 a 2022.



FONTE: PNAD Contínua Anual (IBGE).
Elaboração: DIEESE. Observatório do Trabalho da Bahia.

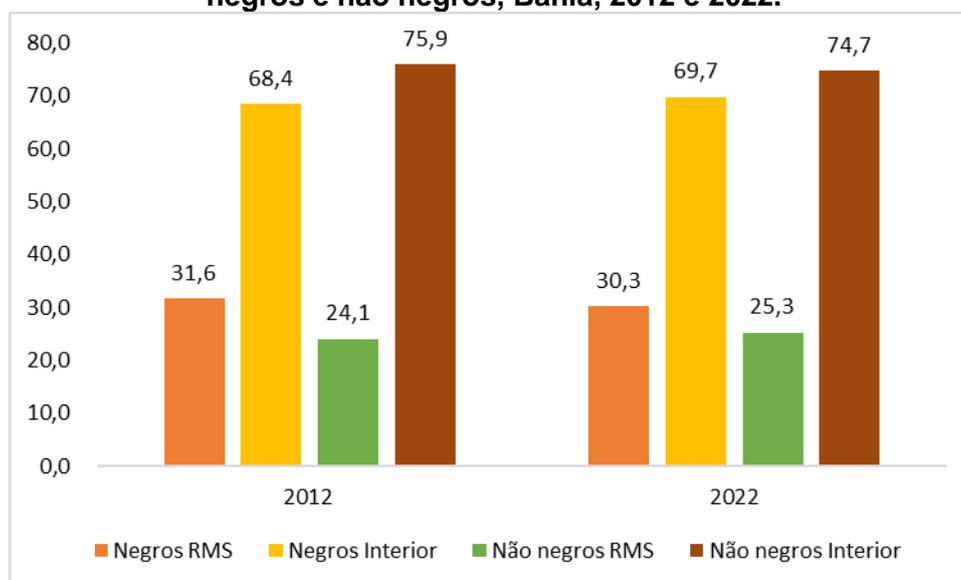
A despeito do maior aumento de ocupados na população negra, podemos perceber que ao longo do período analisado a ocupação da população não negra sempre foi maior, percentualmente, que da população negra. Em 2012, 90% da população não negra na força de trabalho estava ocupada, enquanto 88,3% da população negra se encontrava na mesma

condição. Em 2022, 87,5% da população não negra na força de trabalho estava ocupada e 84,5% da população negra estava na mesma condição.

Esse fato merece atenção, especialmente quando verificamos que no mesmo período a população negra na força de trabalho era maior do que a população não negra. Também fica evidente que parte considerável das trabalhadoras e trabalhadores negros compõem a força de trabalho na condição de desocupados.

Regionalmente, a distribuição de pessoas negras e não negras ocupadas em municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS) e em municípios fora da RMS apontou que houve aumento da participação de ocupados negros em municípios fora da RMS entre 2012 e 2022 de 1,3 pontos percentuais (p.p.). Enquanto, a participação dos ocupados não negros apresentou crescimento de 1,2 p.p. nos municípios na RMS na comparação desses dois anos citados. Apesar da predominância de pessoas não negras entre os ocupados em ambas as regiões do estado (Gráfico 6). Vale salientar que a RMS é a região mais dinâmica do estado em termos econômicos, o que significa que esta região concentra as ocupações com maior rendimento e proteção social.

GRÁFICO 6
Distribuição percentual das pessoas ocupadas na Região Metropolitana de Salvador e municípios do interior do estado, negros e não negros, Bahia, 2012 e 2022.



FONTE: PNAD Contínua Anual (IBGE).
Elaboração: DIEESE. Observatório do Trabalho da Bahia.

Outro elemento importante da composição da força de trabalho são as pessoas desocupadas. Na metodologia empregada pela pesquisa PNAD Contínua, as pessoas desocupadas são aquelas que não estavam ocupadas na semana de referência, mas que tomaram alguma providência efetiva para conseguir um trabalho no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para iniciar um trabalho na semana.

No entanto, para ser considerado desempregado não basta não possuir emprego. Nesse conceito estão excluídos estudantes universitários que dedicam exclusivamente seu tempo aos estudos, donas de casa que não exercem nenhuma atividade remunerada, empreendedores que possuem seu próprio negócio. No caso desse último, é considerado uma pessoa ocupada. Logo, a taxa de desocupação representa o percentual de pessoas desocupadas em relação àquelas que estão na força de trabalho.

No Gráfico 7, verifica-se que tanto entre pessoas negras quanto não negras na força de trabalho há aumento da taxa de desocupação no estado no período de 2015 a 2021. Embora a taxa de desocupação de pessoas negras tenha se mostrado acima do nível da taxa de desocupação das pessoas não negras em todo o período analisado. Onde, a taxa mais elevada de desocupação de pessoas negras foi observada em 2021, quando 22,2% (ou 1.221 mil pessoas) da população negra na força de trabalho estava desocupada frente a 16,7% (195 mil pessoas) da população não negra na força de trabalho desocupada. O ano de 2021 coincide com o início da retomada gradativa das atividades econômicas após o período mais crítico da pandemia do coronavírus, a partir do início da vacinação. Deste modo, mais pessoas voltaram a buscar trabalho.

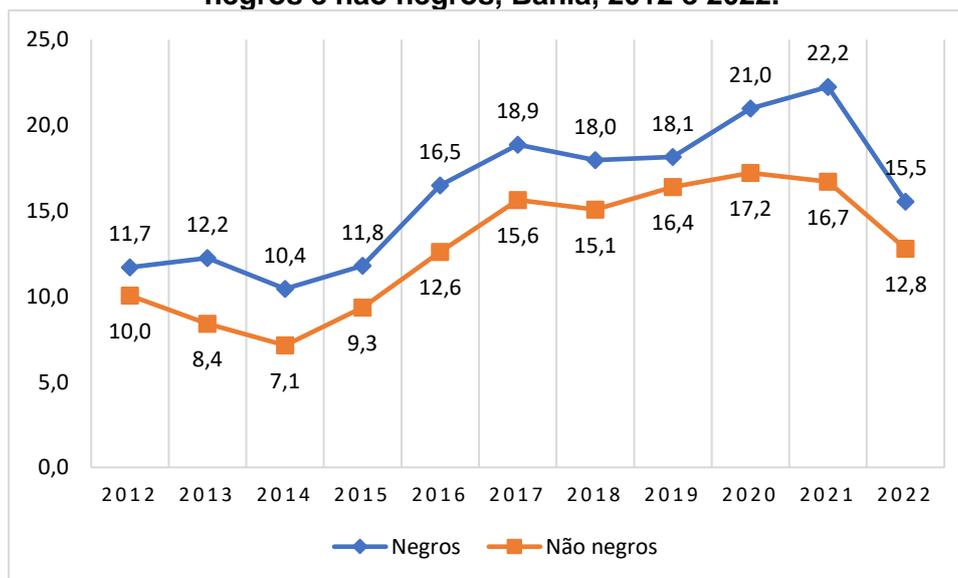
A retração da taxa de desocupação da população negra na Bahia em 6,7 p.p. em 2022 comparada com a taxa de desocupação de 2021 representou uma diminuição de 315 mil pessoas desocupadas. Em relação à queda da taxa de desocupação em 3,9 p.p. de pessoas não negras no mesmo período representou redução de 35 mil pessoas desocupadas no estado (Gráfico 7).

A taxa de desocupação diferenciada por gênero ressalta ainda mais as dificuldades das mulheres negras no mercado de trabalho. Considerando o total de negras que estavam na força de trabalho em 2012, a taxa de desocupação era 14,7% (ou 337 mil). Enquanto a taxa de desocupação de homens negros era de 9,6% (ou 305 mil) do total de homens negros na força de trabalho no mesmo ano. Já as mulheres não negras apresentaram uma

taxa de desocupação de 10,9% (ou 64 mil) e os homens não negros registraram uma taxa de desocupação de 9,4% (ou 75 mil) no mesmo ano.

Em 2022, a taxa de desocupação aumentou – tanto para homens e mulheres negros quanto para homens e mulheres não negros. Contudo, a taxa de desocupação entre mulheres negras passou para 19,9% (ou 491 mil) do total dessas mulheres na força de trabalho, frente a 13,6% (ou 75 mil) das mulheres não negras nesse mesmo ano. Em relação aos homens negros, a taxa de desocupação atingiu 12,3% (ou 414 mil) desses homens na força de trabalho enquanto para os homens não negros chegou a 12,1% (ou 85 mil) do total que estava na força de trabalho em 2022. Logo, verifica-se que as disparidades entre gênero e raça foram aprofundadas nos último 10 anos na Bahia. Sobretudo, para as mulheres negras.

GRÁFICO 7
Evolução da taxa de desocupação,
negros e não negros, Bahia, 2012 e 2022.



FONTE: PNAD Contínua Anual (IBGE).
Elaboração: DIEESE. Observatório do Trabalho da Bahia.

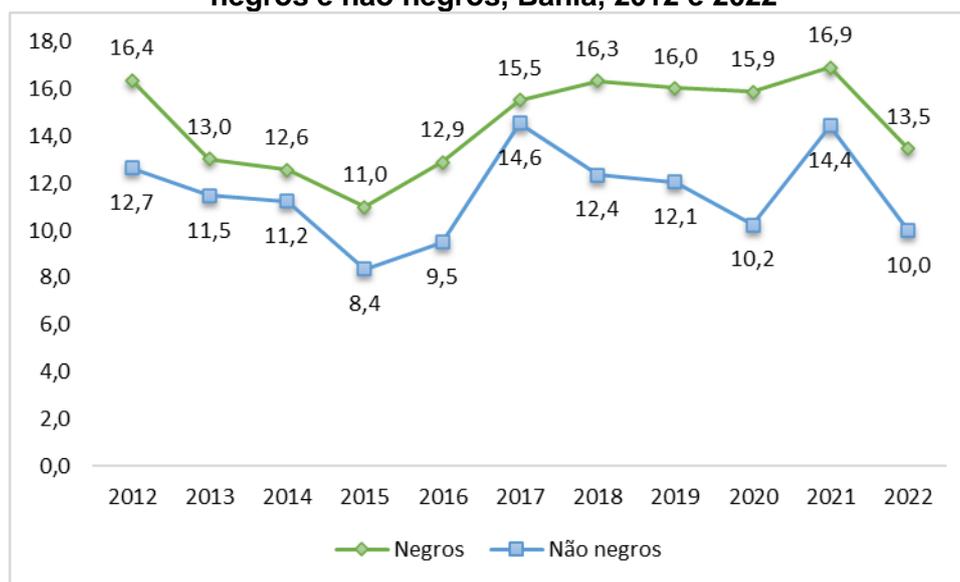
Outro indicador relevante do mercado de trabalho diz respeito à subocupação. As pessoas são categorizadas como subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas, na semana de referência da pesquisa PNAD Contínua, consoante quatro condições: tinham 14 anos ou mais de idade; trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou no conjunto de todos os seus trabalhos; gostariam de trabalhar mais horas que as

habitualmente trabalhadas; e estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência.

No Gráfico 8 evidencia-se que a participação de pessoas negras subocupadas em relação às ocupadas mostrou-se superior ao percentual das não negras subocupadas. Em 2021, foi apurada a maior taxa de subocupação do período com 16,9% (ou 722 mil pessoas) das pessoas negras ocupadas em situação de subocupação contra 14,4% (ou 141 mil pessoas subocupadas) das pessoas não negras ocupadas no mesmo ano.

Com a queda para 13,5% das pessoas subocupadas negras em 2022, o total de pessoas nessa condição totalizou 663 mil em ocupações precárias. Já o total de pessoas não negras em subocupação em 2022 foi de 109 mil pessoas com uma taxa de 10,0%.

GRÁFICO 8
Evolução percentual da subocupação,
negros e não negros, Bahia, 2012 e 2022



FONTE: PNAD Contínua Anual (IBGE).
Elaboração: DIEESE. Observatório do Trabalho da Bahia.

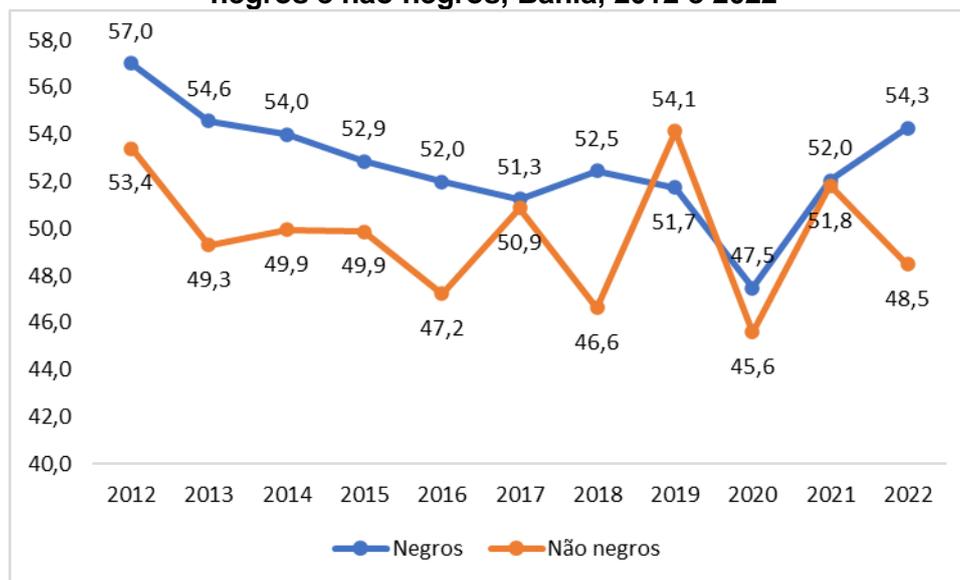
Dentre os ocupados, também é relevante analisar aqueles que se encontram em ocupações informais. O trabalhador é considerado pela metodologia da PNAD Contínua ocupado de modo informal se estiver empregado sem carteira de trabalho assinada, se for um trabalhador doméstico sem carteira assinada, empregador sem CNPJ, trabalhador por conta-própria sem CNPJ ou se for trabalhador auxiliar familiar no trabalho principal.

Assim, o Gráfico 9 mostra que a taxa de informalidade para negros na Bahia iniciou a série já elevada, em 57,0% (ou 2.766 mil pessoas) da população negra ocupada e passou a apresentar uma queda gradual até 2017 (51,3% ou 2.431 mil pessoas). A queda brusca da taxa de informalidade no estado (47,5% ou 1.958 mil pessoas) em 2020 se deve também à diminuição do número de pessoas ocupadas negras nesse ano (4.125 mil pessoas), o menor da série histórica analisada. O que também ainda foi consequência de uma menor circulação de pessoas devido às medidas sanitárias de combate ao coronavírus. É importante lembrar que diversas atividades nas quais se insere a população negra ocupada de modo informal estavam proibidas em 2020 e 2021. Podemos destacar entre elas o comércio ambulante, o turismo, as atividades esportivas e as atividades da indústria criativa.

O Gráfico 9 também mostra maior aumento da taxa de informalidade para os ocupados negros a partir de 2020 e queda em 2022. O que facilita a compreensão da redução da taxa de desocupação e aumento da ocupação de pessoas negras ocupadas em 2022. Entende-se que, a partir de 2022, parte da população negra na força de trabalho tornou-se ocupada, mas em postos de trabalho informais. Cerca de 2,7 milhões de trabalhadores e trabalhadoras negras informais em 2022.

Em relação aos trabalhadores e trabalhadoras não negras, a maior redução da taxa de informalidade, queda da taxa de desocupação e aumento da ocupação em 2022 na Bahia, conduz à ideia de aumento do emprego em ocupações formais.

GRÁFICO 9
Evolução da taxa de informalidade,
negros e não negros, Bahia, 2012 e 2022



FONTE: PNAD Contínua Anual (IBGE).
 Elaboração: DIEESE. Observatório do Trabalho da Bahia.

A distribuição em categorias de emprego e posição na ocupação para as populações negra e não negra na Bahia disposta na Tabela 3, mostra que trabalhadores negros ocupados como empregado do setor privado com carteira e como conta-própria representavam 54,8% (ou 2.661 mil) das pessoas negras ocupadas em 2012 e passaram a representar 53,9% (ou 2.655 mil) dos negros ocupados em 2022. A maior variação positiva ocorreu entre negros ocupados como empregado no setor privado e no setor público sem carteira com 14,2% (ou 131 mil) e 27,2% (ou 46 mil), respectivamente, comparando essas categorias em 2012 e 2022. Contribuindo para a explicação do aumento da taxa de informalidade citada anteriormente, somado com a redução de 2,8% (ou 34 mil pessoas) em negros ocupados como empregado no setor privado com carteira e de 6,8% (ou 3 mil pessoas) negras ocupadas como trabalhador doméstico com carteira em 2022, comparado com 2012 no estado.

Na Tabela 3 também é possível verificar que ocupados não negros como empregado no setor privado com carteira e conta-própria representam 51,0% (ou 559 mil) dos ocupados não negros em 2022. Apesar de já terem representado 53,3% (ou 668 mil) ocupados não negros em 2012 na Bahia.

Observa-se que houve redução do número de pessoas não negras ocupadas na maioria das categorias de emprego e posição, exceto como empregado no setor privado sem carteira,

trabalhador doméstico com e sem carteira em 2022, em relação às categorias observadas em 2012 (Tabela 3).

TABELA 3
Distribuição absoluta e variação por categoria de emprego e posição na ocupação, negros e não negros, Bahia, 2012 e 2022

Categorias de emprego e posição na ocupação	2012		2022		Var (%) negros	Var (%) não negros
	Negros	Não negros	Negros	Não negros		
Empregado no setor privado com carteira	1.264.599	317.776	1.229.737	259.520	-2,8	-18,3
Empregado no setor privado sem carteira	926.273	198.548	1.057.800	205.270	14,2	3,4
Trabalhador doméstico com carteira	44.294	7.752	41.260	10.857	-6,8	40,1
Trabalhador doméstico sem carteira	328.207	58.034	245.008	58.273	-25,3	0,4
Empregado no setor público com carteira	56.555	25.011	55.900	14.675	-1,2	-41,3
Empregado no setor público sem carteira	170.624	49.819	217.045	44.038	27,2	-11,6
Militar ou servidor estatutário	327.971	105.004	336.173	103.990	2,5	-1,0
Empregador	128.803	69.087	130.794	62.254	1,5	-9,9
Conta-própria	1.396.795	350.250	1.425.338	299.529	2,0	-14,5
Trabalhador familiar auxiliar	208.410	71.599	186.071	38.712	-10,7	-45,9

FONTE: PNAD Contínua Anual (IBGE).

Elaboração: DIEESE. Observatório do Trabalho da Bahia.

Em relação à distribuição por grupos ocupacionais, os ocupados negros estavam concentrados principalmente em ocupações elementares³; trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados⁴ e trabalhadores qualificados, operários e artesões da construção, das artes mecânicas e outros ofícios⁵ que, somados, representavam 65,0% (ou 3.155) dos negros ocupados em 2012 na Bahia. Em 2022, esses grupos ocupacionais ainda representavam parte significativa dos negros ocupados (58,0% ou 2.857 mil).

Em 2022, a maior variação positiva para negros ocupados, em relação à 2012, foi observada nas ocupações de membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares (119,7% ou 14 mil), apesar de representarem menos de 1,0% das ocupações em 2022. Seguido de trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca⁶,

³ Abrangem os trabalhadores domésticos, de limpeza, ajudantes de preparação de alimento, lavadores de veículos, janelas e limpeza manuais, ambulantes dos serviços e afins, coletores de lixo, dentre outros.

⁴ Incluem cozinheiros, garçons e atendentes de bar, cabelereiros, vendedores de rua e postos de mercado, comerciantes, dentre outros.

⁵ Abrangem trabalhadores da construção civil, pintores, instaladores e reparadores de equipamentos elétricos, mecânicos e reparadores de máquinas, artesãos, trabalhadores qualificados das indústrias alimentícia, da madeira e confecção de roupas, dentre outros.

⁶ Trabalhadores agropecuários qualificados, produtores qualificados de exploração agropecuária mista, trabalhadores florestais qualificados e afins, pescadores e caçadores

com aumento de 83,2% (ou 264 mil pessoas) de negros ocupados em 2022 e, em terceira posição, ocupações relacionadas à profissionais das ciências e intelectuais⁷ (variação de 40,7% ou 112 mil).

A população ocupada não negra concentrou 23,8% (ou 298 mil pessoas) em ocupações elementares, seguido de trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados (20,2% ou 252 mil) e profissionais das ciências e intelectuais, com 11,4% dos ocupados (ou 142 mil) em 2012 na Bahia. Já em 2022, ocupados não negros passaram a concentrar menor contingente de ocupados em ocupações elementares (18,4% ou 202 mil pessoas). Embora, os ocupados em trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados aumentaram a representação no total de ocupados (22,6%), bem como profissionais das ciências e intelectuais (12,4%), mesmo com menor número de ocupados nesses grupos ocupacionais.

Quanto às ocupações com maior variação positiva para os não negros ocupados, comparando 2012 e 2022, verifica-se que foram: membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares (143,7% ou 4 mil), trabalhadores de apoio administrativo (11,3% ou 9 mil) e trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca (8,1 ou 8 mil).

⁷ Físicos, químicos, engenheiros, médicos, enfermeiros, professores, arquitetos, escritores, jornalistas, artistas criativos, especialistas em organização administrativa e financeira, entre outros.

TABELA 4
Distribuição absoluta e variação por grupos ocupacionais, negros e não negros, Bahia, 2012 e 2022

Grupos ocupacionais	2012				2022			
	Negros		Não negros		Negros		Não negros	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Diretores e gerentes	179.041	3,7	81.104	6,5	76.120	1,5	35.639	3,2
Profissionais das ciências e intelectuais	275.830	5,7	142.518	11,4	388.152	7,9	135.979	12,4
Técnicos e profissionais de nível médio	287.598	5,9	77.123	6,2	306.280	6,2	76.439	7,0
Trabalhadores de apoio administrativo	256.194	5,3	86.038	6,9	338.285	6,9	95.718	8,7
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	955.325	19,7	252.728	20,2	1.190.610	24,2	247.871	22,6
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	318.244	6,6	104.463	8,3	583.074	11,8	112.928	10,3
Trabalhadores qualificados, operários e artesões da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	596.035	12,3	123.668	9,9	589.599	12,0	108.745	9,9
Operadores de instalações e máquinas e montadores	356.632	7,3	79.903	6,4	348.797	7,1	73.009	6,7
Ocupações elementares	1.604.325	33,1	298.138	23,8	1.077.042	21,9	202.316	18,4
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	12.367	0,3	3.476	0,3	27.165	0,6	8.472	0,8
Ocupações maldefinidas	10.941	0,2	3.718	0,3	0	0,0	0	0,0
Total:	4.852.532	100,0	1.252.877	100,0	4.925.124	100,0	1.097.116	100,0

FONTE: PNAD Contínua Anual (IBGE).

Elaboração: DIEESE. Observatório do Trabalho da Bahia.

Outra análise comparativa relevante diz respeito ao número de trabalhadores negros e não negros ocupados em ocupações de direção e gerência por grau de escolaridade entre 2012 e 2022 na Bahia, conforme aponta a Tabela 5. Verifica-se que o número de pessoas negras em cargos de direção e gerência reduziu 51,9% (ou 92.920 pessoas) em 2022 quando comparado com o total de ocupados negros em 2012 nessas ocupações. Em relação aos não negros ocupados nessas mesmas ocupações, a diminuição foi de 56,1% (ou 45.464 pessoas) em 2022.

Apesar da redução no número de negros ocupados como diretores e gerentes, a participação desses ocupados com ensino superior completo no total de ocupações de direção e gerência aumentou em 9,3 p.p. Passando a representar 34,9% do total de negros nessas ocupações com esse grau de escolaridade. Ainda que a maior participação tenha ocorrido entre negros nessas ocupações com ensino médio completo (Tabela 5).

Em relação aos não negros ocupados como diretores e gerentes, houve aumento da participação em 21,3 p.p. daqueles com ensino superior completo em ocupações de

direção e gerência em 2022. E redução em 6,8 p.p. na participação de não negros ocupados com ensino médio completo em ocupações de direção e gerência em 2022 na Bahia.

Também é importante destacar, que enquanto 6,5% dos não negros estavam ocupados como diretores e gerentes em 2012, apenas 3,7% dos negros ocupavam os mesmos cargos. Em 2022, por sua vez, o percentual de negros ocupados em cargos de diretoria e gerência caiu para 1,5%, enquanto o número de não negros ocupados nesses mesmos cargos reduziu para 3,2%. No entanto, a participação dos não negros nessas ocupações era 75,5% maior que a participação dos negros em 2012 e passou a ser 113,3% maior em 2022, ainda que a participação de ambos tenha reduzido.

TABELA 5
Distribuição absoluta e percentual das pessoas ocupadas em ocupações de
Direção e gerência por grau de escolaridade,
negros e não negros, Bahia, 2012 e 2022

Grau de escolaridade	2012				2022			
	Negros		Não negros		Negros		Não negros	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	10.729	6,0	2.292	2,8	686	0,8	0	0,0
Fundamental incompleto ou equivalente	33.060	18,5	6.893	8,5	8.957	10,4	885	2,5
Fundamental completo ou equivalente	7.032	3,9	1.663	2,1	0	0,0	162	0,5
Médio incompleto ou equivalente	2.445	1,4	1.151	1,4	3.524	4,1	319	0,9
Médio completo ou equivalente	64.058	35,8	28.510	35,2	36.581	42,5	10.137	28,4
Superior completo ou equivalente	15.792	8,8	4.655	5,7	6.273	7,3	763	2,1
Superior incompleto ou equivalente	45.922	25,6	35.936	44,3	30.097	34,9	23.370	65,6
Total:	179.038	100,0	81.100	100,0	86.118	100,0	35.636	100,0

FONTE: PNAD Contínua Anual (IBGE).

Elaboração: DIEESE. Observatório do Trabalho da Bahia.

Outro indicador importante que pode ser investigado, diz respeito ao número de pessoas na desocupação e subocupação por grau de escolaridade. Segundo a Tabela 6, destaca-se que em 2012, pessoas negras com ensino fundamental incompleto representavam 40,2%

(ou 577.768) do total de negros em desocupação e subocupação, seguido de negros com ensino médio completo que concentravam 26,6% (381.672).

Em 2022, aumentou a participação de pessoas negras com ensino médio completo para 37,7% (ou 591 mil) no total de negros desocupados e subocupados e, retração do número de pessoas com ensino fundamental incompleto para 28,4% (ou 445 mil) do total de negros desocupados e subocupados.

Em geral, observa-se que nos graus de escolaridade sem instrução e menos de 1 ano de estudo, ensino fundamental incompleto e fundamental completo houve diminuição do número de pessoas negras em desocupação e subocupação em 2022 em relação a 2012. Em níveis de escolaridade de ensino médio incompleto, ensino médio completo, ensino superior incompleto e ensino superior completo, para pessoas negras, a desocupação e subocupação apresentaram maior aumento. Considerando que, em termos gerais, houve aumento de escolaridade para níveis mais elevados entre 2012 e 2022, esse ponto ajuda a questionar a tese de que o grande problema relacionado à desocupação e subocupação dos negros é falta de qualificação ou a baixa escolaridade.

Para as pessoas não negras em desocupação e subocupação, ocorreu aumento do número de desocupados e subocupados a partir do grau de escolaridade correspondente a ensino médio incompleto na mesma comparação temporal, devido ao aumento do número de pessoas com maior grau de escolaridade em 2022, conforme mostra a Tabela 2.

TABELA 6
Distribuição absoluta e percentual das pessoas desocupadas e subocupadas
por grau de escolaridade,
negros e não negros, Bahia, 2012 e 2022

Grau de escolaridade	2012				2022			
	Negros		Não negros		Negros		Não negros	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	99.557	6,9	19.660	6,6	60.607	3,9	6.401	2,4
Fundamental incompleto ou equivalente	577.768	40,2	116.349	39,0	445.382	28,4	84.522	31,3
Fundamental completo ou equivalente	128.738	9,0	21.266	7,1	117.109	7,5	18.870	7,0
Médio incompleto ou equivalente	149.264	10,4	30.976	10,4	198.810	12,7	30.766	11,4
Médio completo ou equivalente	381.672	26,6	75.008	25,1	591.479	37,7	75.012	27,8
Superior completo ou equivalente	45.592	3,2	9.907	3,3	63.076	4,0	9.298	3,4
Superior incompleto ou equivalente	54.757	3,8	25.345	8,5	93.397	5,9	45.443	16,8
Total:	1.437.348	100,0	298.511	100,0	1.569.860	100,0	270.312	100,0

FONTE: PNAD Contínua Anual (IBGE).

Elaboração: DIEESE. Observatório do Trabalho da Bahia.

Em relação à faixa de horas semanais habitualmente trabalhadas no trabalho principal, houve maior percentual de negros e não negros ocupados nas faixas de 15 a 39 horas e de 40 a 44 horas em 2012 e 2022. No entanto, o número de negros ocupados na faixa de horas de 40 a 44 horas semanais aumentou em 41,1% (ou 699 mil) nessa faixa de horas em 2022. Diferente do aumento percentual de 19,5% (ou 91 mil) para os não negros nessa mesma faixa de horas em 2022. A concentração significativa de negros na faixa de 15 a 29 horas semanais (27,1%) mostra um dos sinais de precariedade no mercado de trabalho que é a insuficiência de horas trabalhadas (Tabela 7).

TABELA 7
Distribuição absoluta e percentual das pessoas ocupadas por faixa de horas
semanais habitualmente trabalhadas no trabalho principal,
negros e não negros, Bahia, 2012 e 2022

Faixa de horas habitualmente trabalhadas no trabalho principal	2012				2022			
	Negros		Não negros		Negros		Não negros	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
até 14 horas	388.820	8,0	97.476	7,8	313.254	6,4	41.263	3,8
15 a 39	1.350.425	27,8	329.740	26,3	1.336.225	27,1	298.720	27,2
40 a 44	1.699.721	35,0	471.638	37,6	2.398.801	48,7	563.403	51,4
45 a 48	783.014	16,1	179.001	14,3	462.419	9,4	91.798	8,4
49 ou mais	630.553	13,0	175.027	14,0	414.429	8,4	101.937	9,3
Total:	4.852.533	100,0	1.252.882	100,0	4.925.128	100,0	1.097.121	100,0

FONTE: PNAD Contínua Anual (IBGE).

Elaboração: DIEESE. Observatório do Trabalho da Bahia.

A análise sobre o rendimento real médio habitual no trabalho principal disposto no Gráfico 10 aponta para o descolamento entre rendimento obtido por negros e não negros entre 2012 a 2022 na Bahia. Salienta-se que o rendimento real médio de pessoas negras ocupadas alcançou o nível mais elevado em 2020 (R\$ 1.866,77) o que conduz à hipótese do impacto positivo das políticas de manutenção de emprego e renda⁸ durante período mais rígido da pandemia de Covid-19 no estado e também devido à redução dos trabalhadores em ocupações informais por causa da suspensão de várias atividades devido à pandemia de Covid-19. A partir de 2021, nota-se a diminuição do rendimento real médio dos negros ocupados com menor valor em 2022 (R\$ 1.500,31).

Segmentando por gênero, a desigualdade de rendimento é ainda mais evidente. Em 2012, mulheres negras recebiam R\$ 1.350,85 em média, enquanto mulheres não negras recebiam R\$ 2.140,80 em média. Ou seja, as mulheres não negras recebiam 58,5% (ou R\$ 789,95) a mais do que as negras. Já homens não negros recebiam R\$ 2.401,05 em média, o que implica em um valor 40,7% (ou R\$ 694,30) maior do que recebido por homens negros nesse mesmo ano e 77,4% maior que o recebido pelas mulheres negras.

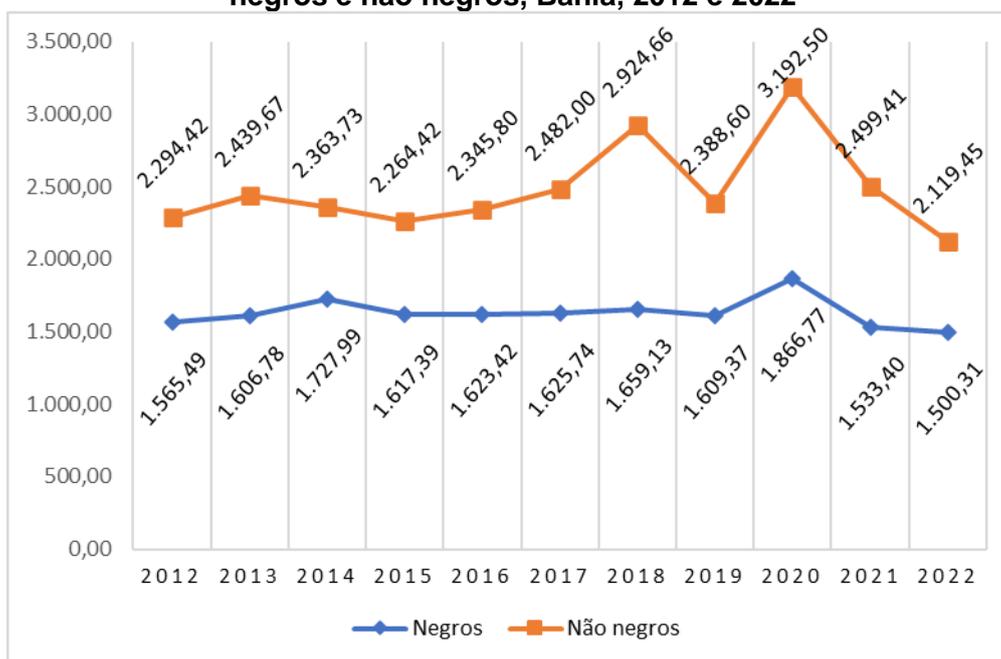
Em 2022, mesmo com retração do rendimento médio, as disparidades permaneceram. mulheres não negras recebiam 30,2% (ou R\$ 438,95) a mais do que mulheres negras (R\$

⁸ Benefício Emergencial de Preservação de Emprego e da Renda (BEm) instituída pela Medida Provisória nº 936 em 2020 pelo Governo Federal para amenizar os efeitos do novo coronavírus no mercado de trabalho, após forte apelo de movimentos sociais. Evitou o crescimento do desemprego, durante a pandemia da Covid-19. Teve duração inicial de três meses e seu prazo foi prorrogado por mais dois trimestres, através dos decretos de nº 10.422 e nº 10.470, respectivamente, em de 13 de julho e 24 de agosto de 2020. A adesão por parte das empresas permitia redução da jornada de trabalho e suspensão dos contratos, com a contrapartida de complementação dos salários dos trabalhadores por parte do Governo Federal.

1.453,40), em média, e homens não negros recebem 49,3% (ou R\$ 754,56) a mais do que homens negros (R\$ 1.530,40). Logo, mulheres negras apresentaram um rendimento médio menor até mesmo que homens negros no estado.

Para os ocupados não negros, é evidente que o maior rendimento real médio foi durante o ano de 2020 (R\$ 3.192,50) e que, mesmo em declínio nos anos posteriores, supera em 41,3% (ou R\$ 619,14) o rendimento médio real declarado pelas pessoas negras em 2022.

GRÁFICO 10
Evolução do rendimento real médio habitual no trabalho principal, negros e não negros, Bahia, 2012 e 2022



FONTE: PNAD Contínua Anual (IBGE). Deflacionado pelo último ano disponível.
Elaboração: DIEESE. Observatório do Trabalho da Bahia.

Com as pessoas negras ocupadas com menor rendimento médio do que as pessoas não negras ocupadas, a Tabela 8 mostra o rendimento real médio habitual no trabalho principal segundo a categoria de emprego e posição na ocupação. De modo que a maior variação positiva entre 2012 e 2022, foi no rendimento médio de pessoas negras ocupadas como empregados do setor público sem carteira assinada, mesmo não sendo a maior renda entre as categorias observadas nos anos analisados. Já o rendimento médio para não negros em 2022 foi 0,1% (R\$ 1,41) maior do que para negros nessa categoria de emprego.

Quanto à maior variação negativa no rendimento médio de negros entre 2022 e 2012 foi verificado para empregado do setor público com carteira que, ainda sim, foi menor em

42,3% (ou R\$ 889,78) do que o rendimento médio na mesma categoria para não negros em 2022.

As maiores diferenças salariais entre não negros e negros foram observadas nas categorias de empregador (R\$ 1.137,49) e empregado do setor privado com carteira (R\$ 1.059,38) em 2012. Enquanto, em 2022, nas categorias de militar ou servidor estatutário (R\$ 1.155,32) e empregado do setor público com carteira (R\$ 889,78).

TABELA 8
Distribuição (R\$) e variação percentual do rendimento real médio habitual recebido no trabalho principal por categorias de emprego e posição na ocupação, negros e não negros, Bahia, 2012 e 2022

Categorias de emprego e posição na ocupação	2012			2022			Var. (%) negros	Var. (%) não negros
	Negros (R\$)	Não negros (R\$)	Diferença entre não negros e negros (R\$)	Negros (R\$)	Não negros (R\$)	Diferença entre não negros e negros (R\$)		
Empregado no setor privado com carteira	1.866,80	2.926,18	1.059,38	1.815,27	2.252,48	437,21	-2,8	-23,0
Empregado no setor privado sem carteira	961,14	1.160,71	199,57	953,16	1.248,87	295,71	-0,8	7,6
Trabalhador doméstico com carteira	1.112,03	1.194,36	82,33	1.266,79	1.219,92	-46,87	13,9	2,1
Trabalhador doméstico sem carteira	526,83	528,99	2,16	552,48	527,84	-24,64	4,9	-0,2
Empregado no setor público com carteira	3.044,41	3.846,71	802,30	2.102,55	2.992,33	889,78	-30,9	-22,2
Empregado no setor público sem carteira	1.534,99	1.606,47	71,48	1.929,16	1.930,57	1,41	25,7	20,2
Militar ou servidor estatutário	3.472,04	4.320,68	848,64	3.252,23	4.407,55	1.155,32	-6,3	2,0
Empregador	5.088,55	6.226,04	1.137,49	3.598,75	3.750,12	151,37	-29,3	-39,8
Conta-própria	1.112,86	1.257,15	144,29	1.107,60	1.780,77	673,17	-0,5	41,7

FONTE: PNAD Contínua Anual (IBGE). Deflacionado pelo último ano disponível.
 Elaboração: DIEESE. Observatório do Trabalho da Bahia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto sobre a inserção da população negra no mercado de trabalho baiano, podemos perceber a grande distância que existe entre negros e não negros. Apesar dos avanços ocorridos no período analisado, no que diz respeito à criação e implantação de políticas de reparação e afirmação como, por exemplo, o sistema de cotas para ingresso nas universidades e nos concursos realizados para cargos no setor público, os indicadores que desenham a desigualdade racial no país e, especialmente, no estado da Bahia, ainda são gritantes.

Para que essas diferenças sejam superadas, é necessário muito mais que crescimento econômico. É preciso políticas articuladas no sentido de reparar os efeitos nefastos da escravidão sobre a população negra. Sob qualquer ponto de vista e em qualquer esfera da vida, o negro brasileiro tem um déficit de cidadania que ao longo de toda a existência do Brasil como nação não nos tem permitido ser um país, de fato, desenvolvido. Quanto mais desigual uma sociedade, mais longe do desenvolvimento e da mobilidade social.

É urgente criar oportunidades melhores para esse conjunto expressivo de trabalhadores, mas é necessário também manter as políticas públicas existentes, implementar outras políticas de reparação e afirmação dos direitos da população negra, bem como estimular outros segmentos sociais ao enfrentamento ao racismo e à promoção da igualdade racial.

REFERÊNCIAS

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual: PNADC: microdados. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2002 a 2022. Disponível em:< https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Microdados/Visita >. Acesso em: 15/10/2023.

PAIXÃO, M. Os Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH) como instrumento de mensuração de desigualdades étnicas: o caso Brasil. São Paulo: **BIS. Boletim do Instituto de Saúde**. v.31, p. 4-6, dezembro/2003. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/bis/article/view/38024/36908>. Acesso em 12/11/2023.